

Fernando Molica

STF precisa se proteger de Toffoli

Para impedir que as, digamos, confusões do ministro Dias Toffoli causem um dano irreversível às instituições, seus colegas precisam tomar uma atitude em comum, algo que rompa o isolamento que lhes é garantido até pelos elevadores privativos que levam cada um deles à garagem do Supremo Tribunal Federal.

O que em jogo agora não é mais a eventual parcialidade de ministros contra petistas ou bolsonaristas. As suspeitas que pesam sobre Toffoli são mais graves: verdadeiras ou não, comprometem o equilíbrio que se exige de um juiz, ainda mais de um ministro da mais alta corte.

Suas idas e vindas — em decisões relacionadas ao Master, em jatinhos e até ao resort que foi de sua família — são incompatíveis com a relatoria do caso que envolve o banco que tinha um símbolo que remete a duas pirâmides (uma só seria pouco pro tamanho da lambança).

Não é razoável que haja tantas dúvidas sobre o comportamento de um ministro do STF, principalmente num caso que envolve tantos interesses e tanta gente poderosa. Os indícios de graves cometidos pelo ex-banqueiro Daniel Vercaro e seus parças são evidentes demais para que haja qualquer dúvida sobre a apuração do caso.

Os problemas protagonizados por Toffoli e casos paralelos — como o milionário contrato da mulher de Alexandre de Moraes com o mesmo Master — reforçam os riscos de se admitir um poder que, na prática, mostra-se soberano e inatingível.

Nenhum profissional — juiz, promotor, advogado, jornalista, político, faxineiro, policial, médico, enfermeiro, motorista — pode ficar acima da lei. A ninguém pode ser dado um atestado prévio e permanente de honestidade e retidão. A infalibilidade do papa não é compulsória, vale apenas para os católicos mais radicais.

Ainda que com graves desvios — como no caso da Lava Jato —, o Judiciário tem sido, desde a redemocratização, um poder garantidor da democracia. As garantias inerentes aos seus integrantes são importantes e, mesmo, fundamentais. O problema é confundir garantia com impunidade, uma mistura que leva a absurdos como a punição que dá a magistrados condenados o direito de aposentadorias compulsórias, pagas por todos nós.

Não é fácil estabelecer o controle do Judiciário sem que isso represente uma ameaça à independência dos juizes, mas não dá para criar e manter uma casta de cidadãos que concentrem tantos privilégios.

Não dá para magistrado ter dois meses de férias, não é razoável que a categoria acumule tantos penduricalhos. Não é justo também que o exercício da magistratura sirva de passaporte para a consagração de advogados que exibam como bilhete premiado o sobrenome de seus pais ou tios, ministros de tribunais superiores.

Como disse Ruy Barbosa, o STF tem o direito de errar por último, mas isso não pode ser visto como uma espécie de passe livre para escolhas equivocadas. A corte precisa corrigir os desvios de Toffoli cometidos ao longo do caso Master, investigação que sequer deveria estar sob sua responsabilidade; o próprio ministro deveria dar um jeito de pular fora da relatoria.

Mas é preciso, acima de tudo, não deixar morrer a necessidade de criação de um código de conduta e de ética para os integrantes do STF. Algo que restrinja encontros de ministros com políticos e empresários, que impeça o recebimento de favores como viagens para participação de congressos sempre realizados em locais atrativos. O exercício do poder exige responsabilidade e limites — ministros da nossa suprema corte não podem ser exceção.

Tales Faria

Planalto festeja fiasco de Trump

O Palácio do Planalto comemora a estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de cozinhar em banho-maria a resposta do Brasil ao convite para entrar no tal Conselho de Paz do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A avaliação dos assessores do presidente é que foi um verdadeiro fiasco a passagem de Trump pelo Forum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

Trump aproveitou o encontro de personalidades e chefes de Estado de grandes potências para lançar seu Conselho, considerado uma tentativa de esvaziar a Organização das Nações Unidas (ONU). Mas o ato de lançamento reuniu figuras de pouca importância. O auditório apresentou cadeiras vazias, e os chefes de Estado representavam países sem destaque no cenário internacional.

Para piorar, Trump enfrentou resistência frontal dos países da União Europeia à sua tentativa de anexar a Groelândia pelos EUA. Se viu obrigado a recuar nas ameaças de invasão e fez um anúncio de acordo com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) que foi desmentido.

O convite para o Brasil aderir ao Conselho foi anunciado no último dia 16. O Brasil ainda não respondeu se aceitará. Neste meio tempo, o presidente Lula tem conversado com líderes de outros países em busca de uma decisão conjunta. A ideia é estender o mais possível o tempo de resposta para evitar uma negativa frontal isolada que possa pro-

vocar um esfriamento nas relações com os EUA.

Se, por um lado, não há intenção de integrar o tal Conselho, pelo menos nos moldes apresentados até agora, por outro lado, também não há desejo de gerar atritos. Daí o cuidado que Lula tem pedido aos membros do governo para tratar o assunto.

Não será dito publicamente, mas Lula e assessores consideraram um desastre, quase risível, o discurso do presidente dos EUA na cerimônia do Conselho. Foi uma fala rocambolesca e agressiva em relação aos anfitriões na Europa. Até o logo do tal Conselho apresentado por Trump, com os EUA ao centro, apareceu como um erro diplomático.

Para o Palácio do Planalto, essa sucessão de aparentes erros faz parte de uma estratégia de campanha de Trump visando público interno às vésperas das eleições para renovação do Congresso.

Trump tentaria apenas inflar o instinto o patriótico do eleitorado com o tema da Groelândia, como fez com a invasão da Venezuela, e até com os embates retóricos contra a Europa.

De quebra, ele tira o foco dos arquivos da investigação sobre seu amigo e criminoso sexual Jeffrey Epstein, morto em 2019. A Justiça dos EUA determinou a divulgação desses arquivos, mas o governo Trump só liberou poucos mais de 1%.

Para o governo brasileiro, o melhor agora é deixar que o próprio Trump se enrole ou desenrole dos casos que ele próprio cria.

Leonardo Boff*

A pacificação como violência contra a paz

De forma exemplar o jornalista brasileiro Jamil Chade definiu o propósito básico do Presidente Donald Trump: "Ele não irá fazer diplomacia. Atuará com a FORÇA, tanto bélica quanto econômica e comercial. Sua construção de uma nova ordem não passa pela PAZ. Mas pela CAPITULAÇÃO do adversário". O que estamos assistindo por palavras e atos é exatamente o que o Trump está pon-do em prática: a pacificação pela força que representa a negação de toda paz.

Ele se inscreve na tradição de Thomas Hobbes (1588-1679) em sua obra o Levitã (1651): a paz é um conceito negativo, vale dizer, a ausência da guerra e o equilíbrio da intimidação entre estados e povos. Com Trump quebrou-se esse equilíbrio, usa-se a força brutal como forma de garantir a hegemonia mundial num mundo multipolar. O uso desta violência demonstra que os Estados Unidos estão em declive e já não poderão ser o senhores do mundo. Na verdade, Trump se comporta como se fôra o imperador do mundo. Arroga-se o direito de intervir em qualquer parte do planeta no sentido dos interesses norte-americanos, seja na Venezuela, seja na Groelândia ou no Panamá. Não nos devemos admirar se um dia, em seu delirante voluntarismo, decidir ocupar a Amazônia, onde estão reunidas todas as formas de vida e a fonte das principais riquezas estratégicas.

A história da violência não honra a humanidade. Albert Weber (1868-1958), irmão do famoso sociólogo Max Weber, em sua obra "O trágico e a História" de 1943 observou que dos 3.400 anos de história que com documentos podemos datar, 3.166 foram anos de guerra. Os restantes 234 não foram certamente de paz, mas de trégua e de preparação para outras guerras.

Os Estados Unidos em seus 249 anos de existência, a partir de 4 de julho de 1776, tiveram 222 anos de guerra. O país, praticamente, quase não conheceu a paz. Atualmente está metido em várias frentes, geralmente em guerras por procuração. Nos vários golpes de estado, particularmente, na América Latina, os Estados Unidos através de seus órgãos de segurança, CIA, FBI e do Departamento de Estado estão envolvidos.

Nas várias guerras do século XX, especialmente na primeira e na segunda guerra mundiais e nas demais guerras na África e na Ásia foram mortos cerca de 200 milhões de pessoas.

Max Born, prêmio Nobel de física (1954) denunciou que na guerra moderna se matam mais civis que militares. Ele exemplifica desta forma: na primeira guerra mundial morriam só 5% de civis, na segunda guerra, 50%, na guerra da Coreia e do Vietnã 85%. E dados recentes davam conta de que contra o Iraque e a ex-Iugoslávia 98% das vítimas eram civis. Numa guerra atômica, com a destruição mútua assegurada dos oponentes, pode desaparecer a vida na Terra.

Portanto, no presente momento sob o governo de Trump, uma pessoa com nítidos sinais de anomalia mental, somos confrontados com ameaças de guerra de extermínio em massa e até de dizimação de grande parte da espécie humana. A razão enlouquecida projeta o princípio de autodes-

truição. Criaram-se armas químicas, biológicas, nucleares e cibernéticas que podem, por várias vezes e formas, destruir grande parte da biosfera e assim varrer da face da Terra parte ou a inteira espécie humana.

Annie Jacobsen, jornalista especializada em temas de energia nuclear e de eventuais guerras atômicas, em seu livro Guerra Nuclear, um cenário publicado na Itália em 2024 pela editora Panini, oferece os seguintes dados verdadeiramente aterradores, recolhidos do Pentágono e da Comissão de Energia Nuclear.

Nos primeiros minutos, uma explosão termonuclear queima tudo em um raio de 160 quilômetros quadrados. Quantas pessoas morreriam imediatamente? Entre um e três milhões, dependendo se a bomba explode no ar ou no chão, se chove, se o vento sopra. Mas seria apenas o começo. Os demais morreriam lentamente em consequência das doenças produzidas pela radioatividade. O céu tornado cinza, com parca luz solar, morreriam as plantas, não haveria fotossíntese e ocorreria a destruição maciça da natureza e das safras de alimentos. Os sobreviventes morreriam de fome. Existem mais de 12.300 ogivas com essa capacidade no mundo. Os EUA e a Rússia têm 3 mil prontas para lançamento.

Face a esta tragédia possível, milionários e bilhardários constroem para si bunkers com todos os meios de subsistência.

Logicamente, tudo isso dura por um tempo. Depois deverão também eles subir à superfície da Terra e serem expostos aos danos mortais da guerra nuclear.

Alguns tomadores de decisões das potências militaristas e nucleares preferem correr o risco da própria morte do que renunciar ao seu poder sobre todos. Disse recentemente o sábio Edgar Morin nos seus 103 anos: "A tragédia é que a escolha não é entre a paz e a guerra; é entre uma paz que evita a próxima guerra e uma paz que a agenda". Jeffrey Sachs, economista da Columbia que articula economia com ecologia e parece como um dos mais pertinentes analistas da cena atual, acaba de escrever: "Estamos em uma situação muito, muito séria... pessoas estão morrendo e estamos nos aproximando de uma guerra mundial; um ataque ao Irã teria potencial devastador por ocorrer no "maior caldeirão de instabilidade do planeta" no Oriente Médio".

O trágico destas guerras letais representa um desafio para a compreensão humana. Como pode um ser dotado de razão e de inteligência sucumbir à barbárie e aos apelos da violência e da guerra de aniquilação em massa e da própria aniquilação? Grandes nomes do pensamento filosófico e teológico ocuparam-se desta dramática questão sem que alguém encontrasse alguma razão satisfatória.

Fica a esperança que nunca morre, que a lucidez predomine sobre a estupidez do suicídio coletivo e que a opção pela vida supere a obsessão pela morte.

*Leonardo Boff escreveu Sustentabilidade e cuidado: como assegurar o futuro da vida, Editora Conhecimento Liberto, 2025; Cuidar da Casa Comum: pistas para proteger o fim do mundo, Vozes 2024